



**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO E FISCAL DO IPREVI –
23/09/2015.**

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às 10:00 (dez) horas, na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia – IPREVI, localizado à Rua Prefeito Assumpção, nº 175, Centro, Itatiaia-RJ, deu-se início a oitava reunião ordinária dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPREVI, no exercício vigente, convocados para a presente reunião, através da Carta/CD/IPREVI/019/2015 e Carta/CF/IPREVI/011/2015. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Dante Cibélius de Souza, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Lafayette Bezerra dos Santos, Jesuel Ferreira de Sá, Valdirene Rocha, Mário Célio Maia Gouvêa e os membros do Conselho Fiscal: Hudson Valério M. de Oliveira, Richard de Sousa Queiroz, Marta Rocha Jardim Mourão, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Ives Pereira Tavares e Rosemary Pereira Gonçalves Nascimento. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Banco do Brasil; b) Apresentação e entrega do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Agosto/2015; c) Apresentação e entrega do Relatório Mensal de Investimentos elaborado pela empresa Crédito e Mercado – Mês: Agosto/2015; c) Aprovação do Balancete dos Meses de Julho e Agosto de 2015; d) Assuntos Diversos. A Diretora Administrativa e Financeira abriu a reunião agradecendo a presença de todos e passou a palavra para a assessora do Banco do Brasil Sra. Denise Purcina Miranda dos Santos Diniz, que iniciou sua apresentação fazendo um breve relato sobre sua instituição, cenário econômico externo e doméstico, explanou sobre as expectativas dos mercados, rentabilidades, taxas e curvas de juros, ressaltou a importância da diversificação e aproveitar as janelas de oportunidades dos fundos fechados atrelados ao IPCA, falou sobre a carteira sugerida encaminhada pelo Banco do Brasil, e que estaria incluindo o IPREVI para recebêsemos também e daí procedesse uma análise. Enfatizou que é preciso medir os riscos associados a cada modalidade de investimento, proceder interpretação eficaz da conjuntura econômica, acompanhar as alocações, realizar rebalanceamento, se necessário, tornando-se conservador, e sugeriu um olhar para Renda Variável, e que nesse momento seria prudente realocar os valores em ações para o fundo BB Ações Alocação, que busca diversificação Setorial e possui baixa exposição a índices concentrados, sugeriu ainda um aporte maior em fundo atrelados ao DI e parabenizou o IPREVI, pela carteira balanceada e bem diversificada. A técnica do IPREVI, Silvana de Souza Soares realizou a apresentação dos balancetes dos meses de Julho e Agosto de 2015 e os mesmos foram aprovados por unanimidade.

Foi apresentado o Relatório Mensal de Investimentos do mês de Agosto/2015 elaborado pela Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos. Foi demonstrado no mês de Agosto que os recursos do IPREVI estão alocados da seguinte forma: Fundos de Renda Fixa e Variável, instituição Banco do Brasil Gestão de Recursos DTVM o montante de R\$ 21.835.559,59 (vinte e um milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), Caixa Econômica Federal o montante de R\$ 26.063.308,85 (vinte e seis milhões, sessenta e três mil, trezentos e oito reais e oitenta e cinco centavos), Banco Itaúcard o valor de R\$ 6.464.564,99 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), Banco Bradesco o valor de R\$ 5.370.576,88 (cinco milhões, trezentos e setenta mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos), Oliveira Trust DTVM o montante de R\$ 61.130,80 (sessenta mil, cento e trinta reais e oitenta centavos). Nos Segmentos de Renda Fixa totaliza o montante de R\$ 51.809.157,50 (cinquenta e um milhões, oitocentos e nove mil, cento e cinquenta e sete reais e cinqüentacentavos), sendo 86,64% (oitenta e seis vírgula sessenta e quatro por cento) e R\$ 7.985.983,61 (sete milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e um centavos), sendo 13,36% (treze vírgula trinta e seis por cento) aplicado em Renda Variável. Dando sequência, foi apresentado e entregue aos conselheiros o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência mês de agosto de 2015, assinado pela Tesoureira Sra. Carolina Tavares de Lima, matrícula 1006, apresentando um valor global no mês de julho de R\$ 59.832.598,99 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e nove centavos). A Diretora Administrativa e Financeira apresentou o relatório da Empresa Crédito e Mercado demonstrando que no fechamento de agosto de 2015, a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -0,88% (menos zero vírgula oitenta e oito por cento) frente uma meta atuarial para o mesmo período de 0,71% (zero vírgula setenta e um por cento), representando assim um atingimento de -124,01% (menos cento e vinte e quatro vírgula zero e um por cento) da meta atuarial. No período de Janeiro a Agosto evidenciou o retorno de R\$ 3.507.835,92 (três milhões, quinhentos e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos) a rentabilidade da carteira do Instituto no período acumulado de Janeiro a Agosto foi de 6,27% (seis vírgula vinte e sete por cento) frente uma meta atuarial para o mesmo período de 11,25% (onze vírgula vinte e cinco por cento), representando assim um atingimento de 55,72% (cinquenta e cinco vírgula setenta e dois por cento) da meta atuarial. Prosseguindo com o desenvolvimento dos trabalhos foi demonstrada a estratégia de aplicação e resgate dos recursos do IPREVI, ficando convalidado pelos conselheiros presentes que adotaremos a recomendação da empresa de consultoria no sentido de mantermos em renda fixa uma carteira posicionada nos vértices mais longos em torno de 60% (sessenta por cento), no máximo 10% (dez por cento) em IMA-B 5+ ou IDKA IPCA 20A, o restante no IMA-B e IMA-Geral. Os demais recursos devem ser direcionados para os vértices mais curtos,

para ativos indexados ao CDI, IRF-M1, IMA-B5 ou IDKA IPCA 2A. Na renda variável, a recomendação é de manter uma exposição reduzida, pois não há percepção de melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos. Dando continuidade foi apresentado o Processo Administrativo n.º 167/15, que trata dos termos de parcelamento da dívida n.º 532/2015 –no valor de R\$ 4.350.973,59 (quatro milhões trezentos e cinquenta mil novecentos e setenta e três reais e cinquenta e nove centavos) em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 72.516,23 (setenta e dois mil quinhentos e dezesseis reais e vinte e três centavos) e 533/2015 - no valor de R\$ 1.070.003,00 (um milhão, setenta mil e três reais), em 60 (sessenta) parcelas de R\$ 17.833,38 (dezessete mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e oito centavos) . Foi ressaltado que, em anexo, a esse parcelamento foi assinado uma autorização de débito direto no fundo de participação do município, caso os valores devidos não sejam repassados. A referida autorização foi assinada pelo Prefeito Municipal, Secretaria de Fazenda, Diretora Superintendente e gerente do Banco do Brasil.Foi questionada pelos conselheiros a questão dos pagamentos dos beneficiários do plano de custeio – Lei n.º 367/02 pelos cofres do IPREVI, que está em atraso os repasses da primeira parcela do 13.º salário, junho, julho e agosto do corrente, e ao desaplicar os valores para pagamento e atrasar os repasses pela PMI, o Instituto se descapitaliza. Foi explicado que o IPREVI vinha pagando para que os 78 (setenta e oito) beneficiários não fossem prejudicados com relação à data de pagamento, e que a Diretora Superintendente se ausentou para participar de uma reunião para tratar junto com o Prefeito e demais secretários dos pagamentos em aberto. Foi sugerido o agendamento de uma reunião extraordinária para tratar do assunto repasses devidos e não repassados ao IPREVI. Foi questionada também a quantidade de beneficiários em auxílio doença, 47 (quarenta e sete) servidores. E sobre uma nova concursada que tomou posse, e com menos de um mês já entrou em auxílio doença, foi solicitado a cópia do exame admissional, e foi solicitado também uma análise da junta médica para redução desse quadro.Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Isaltina Cássia da S. A. Dias, deu por encerrada a reunião.